

Envelhecimento Activo

*Mário Caldeira Dias*¹

A problemática da relação do envelhecimento com a actividade económica tem sido objecto de teorização desde os anos 60, ora colocando o assento tónico no contexto, na iniciativa individual ou descrevendo o percurso da vida diferenciando-o consoante a sua inserção histórica ou, ainda, remetendo os idosos para processos idênticos aos dos mais novos em toda a sua vida (teorias da desvinculação, da actividade, do interaccionismo ou da rotulagem simbólica, teoria das trocas sociais, teoria da estratificação etária, teoria integrada).

Parece haver consenso sobre o facto de o envelhecimento constituir um processo complexo e multidimensional que abrange todos os aspectos da vida.

Contudo, a questão da actividade assume uma grande relevância devido ao papel que o emprego dependente assume nas sociedades actuais e à forma como ele polariza o tempo e as energias individuais e familiares.

No entanto, a actual proposta do envelhecimento activo, não interfere tanto com o conteúdo do envelhecimento, embora o influencie, mas mais com o tempo em que a desvinculação se processa. Várias razões contribuem para esse facto: O aumento do número de pensionistas em relação à população total, o seu relativamente elevado rendimento (taxas de substituição elevadas e crescentes), o aumento do tempo médio de vida em paralelo com a manutenção ou diminuição da idade da reforma...

Ora, o centro de gravidade do Estado Providência é o pleno emprego ou, pelo menos, um elevado nível de emprego, do lado das receitas do Estado e do suporte ao crescimento económico através da procura agregada.

Ao inverso, um elevado nível de desemprego é o seu calcanhar de Aquiles, tanto mais que os chamados direitos de cidadania aumentaram enormemente o conjunto dos compromissos dos Estados.

As projecções para 2050 dizem, por exemplo, que o rácio de dependência, na EU 15 será de 56% e as despesas públicas com pensionistas de 13.3% do PIB.

1 Observatório do Emprego.

Em Portugal existem 2,5 milhões de pensionistas que custam cerca de 10% do PIB e com um rácio de dependência de cerca de 27%.

A alteração da idade da reforma parece ser uma das inevitabilidades. A par de outras medidas, o envelhecimento activo significa, neste contexto, um contributo para a sustentabilidade do Sistema de Segurança Social pela via do adiamento das saídas, mantendo receitas e adiando despesas do Sistema.

A Estratégia de Lisboa, dentro da mesma óptica, veio propor o reforço do nível de emprego e a permanência de 50% da população activa entre os 55 e os 64 anos no mercado de trabalho ou aumentar em 5 anos a respectiva data de saída, até 2010.

Apesar de Portugal se ter vindo a colocar ligeiramente acima desta meta, ela tem sido a mais difícil e morosa na generalidade dos Estados Membros da União Europeia, o que evidencia a dificuldade de influenciar esta variável através da acção dos poderes públicos.

Dentro de uma estratégia de opção pelo trabalho, várias são as linhas de intervenção possíveis das quais se salientam as relativas à retirada dos incentivos à reforma antecipada, ao funcionamento do sistema de pensões e do subsídio de desemprego, ao acesso à formação e às condições de trabalho.

Em Portugal, curiosamente, as taxas de desemprego dos activos entre os 55 e os 64 anos é inferior à média (5,6% em 2004).

A possibilidade de permanência no mercado de trabalho pode depender da vontade do próprio, mas ainda da natureza da actividade, das profissões envolvidas, da situação económica das empresas, do ambiente económico das regiões, dos procedimentos de negociação colectiva...

Tendo em consideração o que está em causa, a solução demográfica via imigração não retira as vantagens do envelhecimento activo porque nos poderemos estar a referir a postos de trabalho diferentes.

Em muitos casos a permanência na actividade pode obviar a penúrias de mão-de-obra ou contribuir para a manutenção de qualificações relevantes e em risco de desaparecimento.

Já numa situação de desemprego alargado, poderemos estar a substituir pensões por subsídios de desemprego, pelo menos em algumas situações.

Se houver mudança de empresa, profissão ou actividade, o risco de quebra do rendimento existe, segundo estudos feitos neste âmbito.

O financiamento da formação coloca o problema da sua recuperação embora também possa haver risco de perda na utilização das qualificações em trabalhadores mais novos, dada a sua maior mobilidade.

Há que contar sempre com a perspectiva do próprio trabalhador, das suas inclinações pessoais, perspectivas, valor dado à equação trabalho/lazer ...

Não parece adequado falar do envelhecimento activo de uma forma demasiado centrada nas pessoas, na medida em que o contexto económico pode ser decisivo para o sucesso dos objectivos.

Veja-se, por exemplo, o contexto da crise dos sectores tradicionais em regiões de mono-indústria.

Para uma dada quantidade de postos de trabalho disponíveis, no curto prazo, a permanência no mercado de trabalho pode significar uma dificuldade acrescida para os mais jovens mesmo que não haja uma relação directa de substituição, porque a abertura de novos postos de trabalho pode depender da vacatura de outros. Quando a relação de substituição directa existe é mais evidente o fenómeno que consiste numa menor pré-disposição para a inovação por parte dos mais idosos, nomeadamente devido à natureza das qualificações.